

ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO PROGRAMA DE AUXÍLIO EMERGENCIAL ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO MODELO LOGIT

ANALYSIS OF THE DETERMINANTS OF THE EMERGENCY AID PROGRAM USING THE LOGIT MODEL

Luciano Bruno Bezerra Venâncio¹, Verônica Ferreira Silva dos Santos²,
Leandro Batista Duarte³

Palavras-chave

Auxílio Emergencial.
COVID-19.
Logit.

Classificação JEL

J21, J31.

Keywords

Emergency Aid.
COVID-19.
Logit.

Resumo

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia no mundo. Tal pandemia provocou o fechamento de diversos postos de trabalho e um impacto na economia global, e no Brasil esse impacto não poderia ser diferente. Com o distanciamento social e o fechamento de postos de trabalho, houve uma pressão popular para que o governo criasse uma política de assistência para os mais vulneráveis diante da pandemia. Esse movimento levou a criação do Programa de Auxílio Emergencial (PAE) em um curto período de tempo. Dessa forma, o artigo tem como objetivo analisar os determinantes do acesso ao (PAE) durante a pandemia no ano de 2020, comparando Brasil e Bahia. Para isso, utilizou-se métodos econométricos para encontrar os determinantes do acesso ao benefício através do modelo de probabilidade (*Logit*). Adicionalmente, utilizou-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – Covid 19) para os meses de maio, agosto e novembro. Os resultados encontrados mostraram que, no geral, a política do auxílio emergencial atendeu aos principais critérios estabelecidos, contudo apresentando alguns vieses quando analisado de forma mais específica.

Abstract

In March 2020, the World Health Organization (WHO) declared a global pandemic. This pandemic caused the closure of several jobs and an impact on the global economy, and in Brazil this impact could not be different. With social distancing and the closure of jobs, there was popular pressure for the government to create an assistance policy for the most vulnerable in the face of the pandemic. This movement led to the creation of the Emergency Aid Program (PAE) in a short period of time. Thus, the article aims to analyze the determinants of access to the (PAE) during the pandemic in 2020, comparing Brazil and Bahia. To this end, econometric methods were used to find the determinants of access to the benefit through the probability model (*Logit*). Additionally, data from the National Household Sample Survey (PNAD – Covid 19) for the months of May, August and November were used. The results found showed that, in general, the emergency aid policy met the main established criteria, however presenting some biases when analyzed in a more specific way.



Recebido em: 06/04/2025
Aceito em: 22/07/2025
Publicado em: 22/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v9i0.4673>

¹ Graduação em Economia (UEFS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4228-5963>. E-mail: lucianovenanciouefs@gmail.com.

² Doutorado em Economia (UFBA), Mestrado em Economia (UFBA), Graduação em Economia (UEFS). Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3299-9156>. E-mail: vfssantos@uefs.br.

³ Doutorado em Economia (UFPE/PIMES), Mestrado em Economia (UFV), Graduação em Economia (UESC). Docente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4968-5368>. E-mail: lbduarte@uefs.br.

1. INTRODUÇÃO

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional e, em 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou que a COVID-19 estava caracterizada como uma pandemia. Neste momento, a retração da economia global e doméstica já era uma realidade e novas dinâmicas sociais com protocolos de isolamento social foram definidas para impedir o avanço da doença.

No Brasil, para se adequar a esta nova dinâmica social, muitas atividades econômicas tiveram que se moldar ao novo cenário. Contudo, uma parcela não conseguiu se adequar, por exemplo, os trabalhadores informais, que em 2019 representavam 41,6% da classe trabalhadora do Brasil (IBGE, 2024), foram os mais prejudicados devido aos *lockdowns* e ao isolamento social (Silva; Almeida; De Andrade, 2024).

Alguns estudos foram realizados para tentar mensurar os danos na economia caso não ocorresse alguma medida governamental, entre eles um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) que previa uma contração da economia brasileira em 14,8% para o ano de 2020 (IMF, 2020). E, levando em consideração a realidade da instabilidade econômica, ocorreu uma grande mobilização por parte da população para que o governo implementasse políticas públicas, em busca de minimizar o impacto na sociedade.

Dessa forma, o governo lançou políticas públicas com a intenção de suavizar esse impacto econômico, como o saque antecipado do FGTS e a Lei 14.020/2020, essa que permitia ao empregador a redução salarial e de jornada de trabalho, para tentar atenuar as demissões em massa. Outra ação tomada foi a criação do Programa de Auxílio Emergencial (PAE), que visava a garantia da renda da população e que foi um dos principais fatores para a sustentação econômica do país (Simoni Júnior, 2021).

O PAE, instituído pela Lei 13.982 em abril de 2020, inicialmente proporcionou três parcelas de R\$600,00 e R\$1.200,00 para grupos que atendessem a determinadas características. As condicionalidades de atendimento foram: beneficiários do bolsa família; usuários do cadastro único não contemplados na característica anterior; cadastros por Aplicativos para quem não tivesse vínculo empregatício e se enquadrava nos pré-requisitos que apontem situação de vulnerabilidade (Brasil, 2020; Costa; Freire, 2021). Posteriormente, houve uma expansão no número de parcelas.

Com a execução do programa, entre abril e dezembro de 2020, o PAE chegou a alcançar cerca de 67 milhões de brasileiros, sendo 2,62 milhões somente na Bahia. Neste contexto, o PAE foi responsável por manter o consumo das famílias e desacelerar a retração do PIB para 5,8% (IMF, 2020).

Estes dados revelam a importância que tais medidas tiveram para garantir a segurança de pessoas em situações de emergência. O PAE foi um programa de procedimento de resposta rápida para minimizar danos. Contudo, toda política pública apresenta um ciclo, que é um conceito fundamental para a compreensão do processo de formulação e implementação de

medidas públicas, destacando a importância do planejamento e da avaliação para o sucesso dessas políticas. Dessa forma, para Lotta (2012), o processo de construção de uma Política Pública passa por um ciclo de diferentes fases, desde a identificação do problema até a implementação da política pública, sendo necessário tempo para seu desenvolvimento.

Devido ao contexto, o PAE foi instaurado de maneira rápida, já que naquele momento era uma prioridade do governo um atendimento rápido e eficaz para atender a população. Com base nisso, levanta-se o seguinte questionamento: quais os determinantes para que a população acessasse o PAE? Esta pergunta é plausível, visto que não basta apenas definir o público-alvo, mas também era necessário garantir vias para que o beneficiário tivesse acesso.

Diante desses resultados, torna-se necessário entender como foi realizada a distribuição do benefício. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo estudar os determinantes do acesso ao PAE no Brasil e, fazendo uma comparação entre o Brasil e o estado da Bahia, nos meses de maio, agosto e novembro do ano de 2020. Este trabalho se justifica pela importância desta política para a manutenção do consumo e das condições de vida da população, durante a pandemia, ademais, os resultados deste trabalho podem auxiliar na construção de outras políticas de auxílio financeiro. Para alcançar este objetivo, utilizou-se os dados da PNAD-Covid 19, utilizando como método estatístico o modelo *Logit*.

Este artigo está estruturado em mais seis seções além desta Introdução. A segunda seção aborda sobre o ciclo de políticas públicas, em seguida, tem-se uma discussão em torno da implementação do Auxílio Emergencial, focalizando no processo de criação do PAE e comparando com as etapas consolidadas na literatura. Em seguida são apresentados alguns estudos empíricos do PAE e seus efeitos na economia. Na quinta seção são apresentados os dados e os procedimentos metodológicos escolhidos para analisar os determinantes do acesso ao benefício. Na sexta seção, tem-se a discussão dos resultados encontrados e, por fim, as Considerações Finais.

2. O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo de construção de uma política pública depende de várias etapas, também chamadas de ciclo de políticas públicas. A ideia inicial de um modelo para analisar as etapas de uma política pública foi formulada por Lasswell (1956), onde definiu as etapas em: *Intelligence*, *Recommendation*, *Prescription*, *Invocation*, *Application*, *Appraisal* e *Termination*. Conforme Lasswell (1956), no estágio de *Intelligence*, um grupo coleta informações, prever e planeja. *Recommending* é tomar nota das propostas legislativas que são apresentadas e promovidas e encaminhar para o presidente. *Invocation* é etapa em que os agentes envolvidos na aplicação da política devem verificar se determinado ato viola algum código federal. *Application* é a tarefa de determinar como as prescrições devem ser seguidas. *Appraising* é a competência dos avaliadores do efeito e da eficiência da execução. Por fim, *Termination* envolve as comissões para revisar estatutos e tratados.

Apesar de ser um modelo simplificado, foi um sucesso para o campo do estudo de políticas, tornando-se um ponto de partida para diversas tipologias do processo sobre ciclo de políticas públicas, como Peters e Hogwood (1985), Burstein (1991), Sabatier (1996) e Ramesh e Howlett (2016). Entretanto, poucos estudos realmente levavam em conta todo o ciclo político como um modelo analítico de orientação, apenas etapas distintas. Para analisar as etapas do ciclo de políticas públicas e confrontar com as etapas do PAE, é necessário entender as etapas da formulação de um programa e, para isso, o presente estudo se baseia no modelo desenvolvido por Jann e Wegrich (2017).

O ciclo de políticas públicas é um processo que descreve as diferentes etapas pelas quais uma política pública passa, desde sua criação até sua avaliação e, em alguns casos, sua extinção ou reformulação. Este ciclo é essencial para entender como as políticas são formuladas, implementadas e como elas afetam a sociedade (Faria, 2003).

Primeiramente, tem-se a identificação do problema. Esta fase envolve a identificação e definição de um problema público que exige intervenção. A identificação do problema pode resultar de diversas fontes, como pesquisas, dados estatísticos, denúncias da sociedade civil, ou até mesmo da própria percepção dos governantes. Sjöblom (1984) destaca três etapas para a identificação de um problema público. Primeiro há a etapa de percepção do problema, visto que a situação pública passa a ser insatisfatória quando afeta a vida de muitos atores relevantes. Na atualidade, é bastante discutido o poder da mídia em influenciar pautas nos governos de acordo com suas necessidades ou até mesmo para aprovação popular. A segunda etapa é a definição ou delimitação do problema, visto que definir o problema é uma das partes mais cruciais da formulação da política pública, nela pode-se destacar as causas, soluções, obstáculos e avaliações do mesmo, pois quanto mais delimitado o problema, é mais fácil alcançar com uma política pública. Porém, essa etapa é apenas temporária e técnica e suas fases sucessivas serão determinadas por burocratas e políticos, podendo levar a mudanças significativas com base em interesses sociais ou pessoais. Por fim, tem-se a terceira etapa, onde há avaliação da possibilidade de solução. Solucionar um problema pode ter diferentes visões para o governo, visto que a política pública pode não apenas extinguir o problema, mas também mitigar as suas consequências negativas.

O próximo passo do ciclo, segundo Jann e Wegrich (2017) é a formação da agenda, movimento que acontece após a percepção do problema, a sua delimitação e as alternativas. Mas essa agenda ainda pode ser separada em três tipos (Secchi; Coelho; Pires, 2019): “Agenda política”, em que os agentes políticos percebem como merecedor de intervenção estatal; “Agenda formal”, consistindo em problemas públicos que o governo já decidiu por enfrentar, por exemplo, planos de governo, por último, “Agenda da mídia”, em que a mídia com seus interesses, utiliza do seu alcance e poder para promover as pautas.

A terceira fase do ciclo consiste na formulação de alternativas. A formulação de alternativas é, portanto, uma etapa fundamental do ciclo de políticas públicas, que contribui para a criação de políticas mais eficazes, eficientes e legítimas (Capella, 2018). Nesta fase, são levantadas e analisadas diferentes soluções, considerando seus benefícios, custos e riscos.

No ciclo de políticas públicas, a tomada de decisão é a fase em que se escolhe a melhor solução para um problema público, considerando diversas análises e, muitas vezes, a participação de diferentes partes interessadas. A decisão deve ser transparente, baseada em evidências e, no contexto da função pública, alinhada com os valores e missão da instituição, além de respeitar a legislação e os procedimentos legais. Secchi, Coelho e Pires (2019) identificam três formas de entender a dinâmica da tomada de decisão em políticas públicas: a busca por soluções para problemas existentes; a adaptação e ajuste das soluções ao problema, resultando em uma dinâmica de eventos simultâneos; e a existência prévia de uma solução esperando a manifestação do problema.

Como última fase do ciclo, tem-se a implementação na qual as decisões tomadas são postas em prática. É um processo complexo que envolve diversos atores, incluindo o governo, organizações e a sociedade civil, e exige a mobilização de recursos e a coordenação de esforços para garantir a eficácia da política. Embora exista um planejamento e, muitas vezes, com margens para manobras, existem diversas variáveis que podem atrapalhar a implementação (Secchi; Coelho; Pires, 2019). Dentre alguns obstáculos, pode-se citar problemas técnicos, administrativos ou causados até por interesses políticos (Pressman; Wildavsky, 1973).

3. IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

A implementação do auxílio emergencial, com a urgência necessária, somente foi viabilizada devido a um contexto mais amplo de políticas sociais geridas pelo Ministério da Cidadania, como o cadastro único (CadÚnico) e o programa Bolsa Família (PBF). Para compreender como arranjos e instrumentos preexistentes influenciaram a implementação do benefício, é importante primeiro analisar e entender algumas de suas particularidades. Nesse sentido, como instrumento, considera-se os dispositivos técnicos e sociais criados para facilitar a interação, dentro dos arranjos, entre os agentes públicos e os beneficiários da política.

Conforme destacado por Lotta e Favareto (2016), a partir da análise do arranjo, foi possível observar de que maneira variáveis centrais, como a definição dos públicos-alvo, ajudará a entender o posicionamento dos atores envolvidos, a governança, o processo decisório e como os graus de autonomia foram efetivados.

Segundo Pires (2016), os arranjos oferecem oportunidades para a construção do modelo de governança desejado na execução das ações, formando o “espaço” de reconhecimento dos atores e permitindo a construção de uma visão integral da política pública. A operacionalização de um novo programa dependia de um conjunto de estruturas e normas internas, pois foi dentro desse arranjo que o programa iria ser absorvido, interpretado e ajustado de maneira a ser estabilizado e conformado com os órgãos e atores responsáveis pela sua implementação (Cardoso, 2020).

O Cadastro Único (CadÚnico), criado em 2001 pelo Decreto nº 3.877, foi regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 2007, que o definiu como “instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda” e estabeleceu sua obrigatoriedade “para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados a esse público”. Assim, é possível considerar o CadÚnico como o principal instrumento do Governo Federal para identificar cidadãos que, antes de sua criação, não estavam contemplados em bases de dados, permitindo, além da identificação, a geração de informações socioeconômicas, como composição familiar, renda e outras condições de vida (Cardoso, 2020).

Atualmente, o CadÚnico reúne dados de mais de 74 milhões de cidadãos e é utilizado por diversos programas federais, com o maior usuário sendo o Programa Bolsa Família (PBF). Há mais de dez anos, o CadÚnico já era reconhecido como uma ferramenta de grande potencial, devido a três características essenciais: sua abrangência censitária (atingindo a população pobre), sua natureza cadastral (com informações de identificação e endereço) e a ampla coleta de dados sobre as condições de vida das famílias (Barros; Carvalho; Mendonça, 2009).

Além disso, é relevante destacar a criação do grupo de trabalho, por meio da Portaria nº 995/MC, de 2019, com o objetivo de propor medidas de aprimoramento das rotinas, procedimentos e qualificação da base de dados do CadÚnico (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br). Esse grupo, possibilitou a realização de um estudo em parceria com o Dataprev com o objetivo de analisar a vinculação de renda formal das pessoas registradas no Cadastro Único (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br), uma rotina semelhante à verificação feita para atender aos critérios do Auxílio Emergencial. Nesse contexto do Ministério da Cidadania, a subdivisão do público-alvo foi organizada da seguinte forma: i) Beneficiários do PBF; ii) Inscritos no CadÚnico (e não beneficiários do Bolsa Família); iii) ExtraCad (Cardoso, 2020).

Tabela 1 - Divisão do Cadastro do Programa Auxílio Emergencial na Bahia.

Cadastro	Freq.	%
Bolsa Família	21.671.211	46,29
CadÚnico	7.425.659	15,86
Extracad	17.720.900	37,85
Total	46.817.770	100

Fonte: Portal dos Dados Abertos (2024).

Dados da pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em 2019, mostraram, por exemplo, que apenas 83% dos indivíduos em áreas urbanas já acessaram a internet, enquanto nas áreas rurais esse percentual é de apenas 61%. Entre os usuários de internet, o dispositivo mais utilizado em ambas as áreas foi o telefone celular (99%). É importante ressaltar que 75% dos domicílios urbanos têm acesso à internet, enquanto nas áreas rurais esse número foi de 51%.

Outra solução fomentada em conjunto com o auxílio emergencial foi a “poupança social digital”, que era uma modalidade de poupança simplificada, isenta de tarifa mensal de manutenção. Essa conta permite a realização de pagamentos e transferências por meio de aplicativo, transações com cartão virtual e saques sem cartão em terminais de autoatendimento e agências lotéricas (Cardoso, 2020).

De acordo com o Relatório de Cidadania Financeira (Banco Central, 2018), a bancarização – medida pela quantidade de pessoas com relacionamento bancário – apresenta uma relativa estabilidade de 86% da população adulta em 2017. Entre os não bancarizados, 58% afirmaram que não possuía conta em instituição financeira devido à falta de dinheiro ou ao alto custo de manutenção. O mesmo relatório destacou: “a implementação de soluções digitais poderia atender ao segmento da população que considera alto o custo de manutenção de uma conta bancária, uma vez que essas soluções tendem a ter custos mais baixos.” (Banco Central, 2018, p. 23).

Ou seja, apesar dos esforços para a digitalização do benefício, o que se observou na prática após a liberação do saque em espécie foi o oposto do que se pretendia durante o período de pandemia, com aglomerações em filas nas agências da Caixa Econômica Federal (CEF) para realização do saque do auxílio emergencial. Por mais que a solução proposta fosse bem pensada, ela não foi suficiente para mudar, devido aos hábitos e costumes dos cidadãos, que carregam um histórico de desconfiança em relação aos bancos e ao governo (Cardoso, 2020).

A etapa da Implementação no ciclo de políticas públicas destaca os instrumentos de implementação de políticas públicas, como a desregulação, regulação, aplicação da Lei e entre outros (Lotta, 2019). Durante o processo de implementação, é notória a importância desses instrumentos para dar avanço à política pública.

4. ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O PAE E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA

No Brasil não há muitos estudos que buscaram avaliar a efetividade do Programa de Auxílio Emergencial (PAE), contudo alguns buscaram mensurar a externalidade desse programa, no caso o efeito dele na economia. Uma das preocupações sobre os programas de transferências diretas monetárias é observar o destino do recurso, sua finalidade e se houve contradições na implementação.

Com base nessa temática Correia *et al.* (2020) abordaram uma discussão sobre o benefício financeiro de auxílio emergencial destinado para a classe trabalhadora no período de crise sanitária mundial e brasileira, atrelada à crise do capital que se intensificou pela pandemia de COVID-19. Os autores realizaram um debate sobre o papel das políticas sociais, situando-as no contexto histórico. Na segunda parte, apontaram a forma como o benefício do auxílio emergencial foi implementado no Brasil e quais foram os setores que mais se beneficiaram da proposta, bem como, quem foram os sujeitos mais afetados pela crise. Na terceira parte realizaram um balanço crítico sobre o auxílio emergencial enquanto proteção

social. Por fim, concluíram que, embora o auxílio emergencial seja fruto de reivindicações da classe trabalhadora, o mesmo possuiu intrínsecas contradições ao passo que também atendeu os interesses da reprodução do capital e não uma real garantia de proteção social.

Arena (2021) analisou o impacto das variáveis do perfil dos beneficiários para destinação dos recursos recebidos via programas de transferência de renda. O autor encontrou que idade e sexo são significativos para determinar a parcela destinada pelos beneficiários para gastos essenciais. Os resultados encontrados puderam auxiliar os agentes públicos a melhorarem a alocação de recursos nos programas de transferência de renda através da adequação dos critérios de qualificação, buscando assim maior eficiência do gasto das políticas públicas de cunho social.

Mesmo sendo recente, já existe uma curta literatura que trata do impacto e/ou eficácia desse programa na economia. Alguns estudos utilizando base de dados disponibilizados por órgão oficial apresentaram os efeitos que o PAE gerou em algumas variáveis econômicas.

Costa e Freire (2021) apresentaram uma análise de focalização e eficácia da aplicação do Programa de Auxílio Emergencial (PAE) sobre os municípios brasileiros, com o objetivo de determinar se as pessoas, e os municípios onde moram, que têm menor renda, baixo IDH e alta vulnerabilidade, foco do programa, foram beneficiados pelo PAE e se houve eficácia. A metodologia foi elaborada a partir do cruzamento de dados secundários, que caracterizam os municípios beneficiários pelo programa, com dados individuais, fornecidos pelo Ministério da Cidadania, sobre os benefícios pagos. Estimaram as equações os modelos *log-log* através de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para verificar a elasticidade entre o tamanho do PAE sobre o PIB Municipal e indicadores socioeconômicos. A análise apontou para uma eficácia relevante e foco do programa em atender as pessoas que estavam mais vulneráveis em municípios que mais precisaram de um apoio emergencial. Os resultados mostraram que o programa precisou de ajustes para atender municípios que não possuíam acesso à internet bem como agências da Caixa Econômica Federal ou lotéricas, para potencializar ainda mais a eficácia do programa.

Gonzalez e Barreira (2020) com base no levantamento dos dados da PNAD-Covid19, analisaram os efeitos do Auxílio Emergencial (AE) sobre a renda domiciliar, avaliando a possibilidade dos efeitos negativos da pandemia terem sido compensados pelo AE. Para realizar as estimativas foram selecionados na amostra da PNAD apenas os respondentes que receberam o AE e, em seguida foram definidas as variáveis. Os resultados mostraram que desconsiderando o AE, a perda média de renda foi cerca de 18% e o recebimento do AE mais do que compensou a perda com pandemia para virtualmente todos os tipos de trabalho da pesquisa. Na média para todos os tipos de trabalho, a renda com o AE foi aproximadamente 24% maior do que a renda usual pré-pandemia, evidenciando que o AE compensou as perdas de renda do trabalho no agregado.

Barbosa e Prates (2020), a partir de dados da PNAD, analisaram diversos cenários do efeito do auxílio emergencial na renda domiciliar *per capita* das famílias durante a pandemia. Através dos resultados foi possível inferir que o auxílio de R\$300,00 incrementou a renda *per*

capita em R\$89,00 e reduziu a pobreza em 9,7%. Por sua vez, um auxílio de R\$600,00 aumentaria essa renda em R\$178,00 e reduziria a pobreza em 17,5%.

Ponte e Benegas (2021) traçaram uma estratégia empírica para mensurar o impacto que o auxílio emergencial teve na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ou seja, mensurou a sensibilidade da variação do ICMS dos Estados em virtude da injeção de recursos desse programa de transferência. Os autores mostraram que o Auxílio Emergencial teve implicações direta na economia; especialmente na melhoria da renda dos mais necessitados e um retorno, em parte do benefício, às receitas dos Estados, em forma de tributação. O referido Auxílio Emergencial minimizou a queda de arrecadação, ou até manteve os níveis de arrecadação do ICMS.

Hoffmann e De Jesus (2022) analisaram a distribuição da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) no Brasil usando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual de 2012 a 2020. Consideraram a decomposição dessa renda em onze parcelas, mostrando que o rendimento dos empregadores, o rendimento proveniente de aluguéis e a remuneração dos funcionários públicos são parcelas regressivas e que o rendimento do Bolsa-Família foi o mais progressivo, com focalização nos pobres bem superior à do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Com base nisso, analisaram os dados trimestrais do primeiro trimestre de 2018 ao quarto trimestre de 2020, ressaltando o impacto do Auxílio Emergencial pago a partir do segundo trimestre de 2020 e mostrando que foi o responsável pela queda da desigualdade de 2019 a 2020.

5. METODOLOGIA

A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Covid 19), desenvolvida com o objetivo de mensurar o impacto da pandemia do coronavírus no mercado de trabalho brasileiro e na renda total da população (IBGE, 2020). A coleta da PNAD-Covid19 começou em 4 de maio de 2020 até 11 de dezembro de 2020 com entrevistas realizadas por telefone em cerca de 48 mil domicílios semanalmente, somando aproximadamente 193 mil domicílios por mês. A amostra foi constante, ou seja, os domicílios entrevistados no primeiro mês de coleta de dados continuaram na pesquisa nos meses seguintes, até a sua conclusão (IBGE, 2024).

O questionário foi dividido em duas partes, uma relacionada à saúde e outra relacionada a questões de trabalho. A parte utilizada para esta pesquisa foi a segunda que disponibiliza variáveis como a idade, ocupação, gênero, raça, nível de escolaridade entre outras variáveis que estão destacadas e descritas no Quadro 1.

O comportamento das variáveis da base de dados da PNAD-Covid 19, exceto renda, é dado por variáveis binárias, que assumem valores 0 ou 1, em decorrência das respostas sim ou não nos questionários. Como um dos objetivos do trabalho foi encontrar os determinantes para que os indivíduos no estado da Bahia e no Brasil que receberam o auxílio emergencial, o modelo escolhido para responder esse questionamento se trata do modelo *Logit*. Semelhante

à regressão linear, a regressão logística também é usada para estimar a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes, mas é usada para fazer uma previsão sobre uma variável categórica *versus* uma variável contínua.

Quadro 1 – Descrição das variáveis do modelo econométrico.

Variáveis	Descrição
AE	Variável Binária sendo 1 para ter recebido o benefício e 0 para não ter recebido.
Masculino	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se é do sexo masculino e 0 caso contrário.
Raça	
Branco	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se identifica como branco e 0 caso contrário.
Negro	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se identifica como negro e 0 caso contrário.
Amarelo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se identifica como amarelo e 0 caso contrário.
Pardo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se identifica como pardo e 0 caso contrário.
Escolaridade	
Baixo	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se os indivíduos têm nível de escolaridade até fundamental completo e 0 caso contrário.
Intermediário	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se os indivíduos têm nível de escolaridade entre Ensino médio incompleto até superior incompleto e 0 caso contrário.
Alto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se os indivíduos têm nível de escolaridade entre Ensino superior completo e Pós-graduação, mestrado ou doutorado e 0 caso contrário.
Faixa etária	
Jovens	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se os indivíduos têm entre 18 e 29 anos de idade.
Adultos	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se os indivíduos têm entre 30 e 40 anos de idade.
Adultos2	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se os indivíduos têm entre 41 e 51 anos de idade.
Adultos3	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se os indivíduos têm entre 52 e 65 anos de idade.
Perfil socioeconômico	
Renda	<i>Logaritmo</i> da renda do indivíduo.
Casa própria	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o domicílio é próprio e ainda está pagando ou já foi pago.
Formal	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o trabalhador tem carteira de trabalho assinada.
Prev	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se contribui para a previdência do INSS.
SD	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se receberam seguro-desemprego no período.
BF	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se tem o Bolsa Família como rendimento.
Localização	
RMS	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se pertence a Região metropolitana de Salvador.
Urbano	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se pertence a zona urbana.

Fonte: Elaborado com base na PNAD-Covid 19 (2020).

Devido à natureza das variáveis, não é muito viável uma modelagem por regressão linear simples, devido a um problema de relação não linear entre as variáveis explicativas e a probabilidade de ocorrência de um evento (Gujarati; Porter, 2011). O modelo *Logit* é especificado para estimar a probabilidade de ocorrência de um evento, que é a probabilidade do indivíduo receber o auxílio em relação a variável observada.

Dessa forma, o modelo pode ser apresentado da seguinte forma:

$$P(AE = 1|X) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \beta_3 x_3 + \dots + \beta_k x_k + \mu}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \beta_3 x_3 + \dots + \beta_k x_k + \mu}} \quad (1)$$

O parâmetro beta, ou coeficiente, nesse modelo é comumente estimado por meio de estimativa de máxima verossimilhança (MLE). Esse método testa diferentes valores de beta por meio de várias iterações para otimizar o melhor ajuste da chance logarítmica. Todas essas

iterações produzem a função de verossimilhança logarítmica, e a regressão logística busca maximizar essa função para encontrar a melhor estimativa de parâmetros.

Para melhor interpretação da magnitude das variáveis explicativas, foram calculados os Efeitos Marginais, que para variáveis contínuas como $\ln(\text{Renda})$, reflete a variação na probabilidade por unidade de mudança em x_k . Para variáveis categóricas (como as variáveis binárias), reflete a probabilidade média do indivíduo entre os grupos analisados (homens *versus* mulheres, pardos *versus* brancos). Os efeitos marginais representam, por exemplo, o quanto uma mudança na variável educação pode afetar a probabilidade de um indivíduo ter recebido auxílio emergencial. Os efeitos marginais (variação da probabilidade de o evento ocorrer quando uma variável independente é modificada) são calculados por meio dos coeficientes estimados β 's. A equação para os efeitos marginais pode ser observada a seguir:

$$\frac{\partial P(AE=1)}{\partial x_j} = \beta_j * P(AE = 1). (1 - P(AE = 1)) \quad (2)$$

Como dito acima, os modelos lineares de regressão são inadequados para estimar as probabilidades, pois, segundo Dias Filho e Corrar (2012), a variável dependente pode assumir valores menores que 0 e maiores que 1. No caso de uma variável dependente na forma binária, o modelo mais adequado é o *Logit*, pois ainda conforme os autores, ele é capaz de converter as observações em razões de chances (*odds ratio*), submetendo cada observação em uma transformação logarítmica. Conforme Dias Filho e Corrar (2012), aplica-se o antilogaritmo sobre os valores estimados dos coeficientes (β). Por exemplo, se o valor estimado de β_1 for 0,5, o seu antilogaritmo será aproximadamente 1,65 ($e^{0,5} \approx 1,65$). Desse modo, para cada unidade de variação em X_{ti} , as chances de que o evento em questão ocorra aumentam em aproximadamente 65% quando todas as demais variáveis são mantidas constantes.

Além do mais, *Odds Ratio* compara as chances de ocorrência do evento para diferentes grupos ou níveis de uma variável. Diferente do modelo anterior que compara a probabilidade de o evento ocorrer em relação a não ocorrer, o *Odds Ratio* compara as *Odds* entre dois grupos ou dois níveis de uma mesma variável (Wooldridge, 2010). Em resumo, a “probabilidade” é a chance de um evento acontecer, enquanto a “chance” é a probabilidade de um evento acontecer dividida pela probabilidade de o mesmo evento não acontecer. O modelo matemático pode ser explicitado da seguinte forma:

$$\ln \left(\frac{P}{1-P} \right) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k \quad (3)$$

Para um melhor ajuste do modelo e confiabilidade dos resultados encontrados, foram realizados testes estatísticos na regressão como o Count R^2 . O Count R^2 (também conhecido como razão de acerto ou *accuracy rate*) em modelos *Logit* é uma medida de qualidade do ajuste que indica a proporção de observações corretamente classificadas pelo modelo. Este teste é calculado dividindo o número de previsões corretas pelo número total de observações. Um valor mais alto de Count R^2 indica que o modelo está melhor ajustado aos dados, ou seja,

prevê com mais precisão a variável dependente. Ou seja, se um modelo *Logit* prevê corretamente 80% das observações, o Count R^2 seria 0.8. Além do Count R^2 , existem outras medidas de qualidade de ajuste para modelos *Logit*, como o pseudo R^2 (McFadden's R^2), que também é frequentemente usado (Hagle; Mitchell, 1992).

O teste do pseudo R^2 no modelo *Logit* é uma métrica utilizada para avaliar o ajuste do modelo de regressão logística, similar ao R^2 na regressão linear, mas adaptado para resultados binários. O pseudo R^2 tenta quantificar a proporção da variação na resposta que o modelo consegue explicar (Hair *et al.* 2009). Existem várias formas de calcular o pseudo R^2 , como o de McFadden, Cox & Snell, e Nagelkerke, cada um com suas particularidades. Para o presente trabalho, foi utilizado o de McFadden que é uma das medidas mais comuns e se baseia na diferença entre a log-verossimilhança do modelo completo e do modelo nulo (Menard, 2002).

Além dos testes acima, foram considerados também teste de Hipótese para o modelo. O "valor do teste Z" refere-se ao valor da estatística Z, que é um valor calculado para testar uma hipótese estatística. Este valor é utilizado para determinar se a diferença entre a média amostral e a média populacional (ou a diferença entre duas médias amostrais) é estatisticamente significativa. A estatística Z é comparada com valores críticos para decidir se a hipótese nula deve ser rejeitada ou não (Stock; Watson, 2005). Outra estatística considerada foi a de Wald que consiste em uma ferramenta estatística usada para testar a significância de um parâmetro em um modelo estatístico, especialmente em modelos de regressão. Permite determinar se uma variável tem um efeito significativo na variável dependente, verificando se o coeficiente estimado é significativamente diferente de zero.

6. RESULTADOS

As médias e os desvios padrão das variáveis incluídas no modelo para o ano de 2020, levando em conta os dados da PNAD-Covid 19, são apresentados na Tabela 2 e 3, a seguir. No caso das variáveis *dummies*, a média e a proporção de casos em que a variável assume o valor 1. Nestas tabelas apresentam a comparação da estatística descritiva das variáveis nos meses de maio, agosto e novembro para o Brasil e o estado da Bahia.

Na primeira linha das variáveis, tem-se a proporção dos indivíduos da amostra que receberam o auxílio emergencial ao longo dos meses. Nota-se que, para a Bahia, mais da metade da população teve acesso a tal auxílio. Observa-se também que a amostra é composta por mais mulheres do que homens tanto para o Brasil quanto para a Bahia, contudo a diferença é pouco significativa. Para a raça, os dados mostrados ainda apresentaram a existência de maior proporção de pessoas que se declaram pardas tanto na Bahia quanto no Brasil. A grande diferença entre as duas amostras é que há uma grande proporção de pessoas que se declaram brancas na amostra para o Brasil, enquanto para a Bahia a proporção de negros é a segunda.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas do Brasil nos meses de maio, agosto e novembro, 2020.

Variáveis	Mês 05		Mês 08		Mês 11	
	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
AE	0,458	0,498	0,518	0,499	0,482	0,499
Masculino	0,479	0,499	0,479	0,499	0,477	0,499
Feminino	0,520	0,499	0,520	0,499	0,522	0,499
Branco	0,424	0,494	0,420	0,493	0,419	0,493
Pardo	0,482	0,499	0,488	0,499	0,488	0,499
Negro	0,082	0,274	0,081	0,274	0,082	0,274
Amarelo	0,006	0,080	0,005	0,076	0,006	0,075
Baixo	0,502	0,499	0,511	0,499	0,509	0,499
Intermediário	0,373	0,483	0,367	0,482	0,368	0,482
Alto	0,123	0,329	0,120	0,325	0,121	0,326
18 a 29 anos	0,167	0,373	0,165	0,371	0,163	0,369
30 a 40 anos	0,165	0,371	0,163	0,369	0,161	0,372
41 a 51 anos	0,155	0,362	0,154	0,361	0,156	0,368
52 a 65 anos	0,166	0,372	0,168	0,374	0,170	0,363
Renda	2209,1	3052,9	2263,4	3059,4	2233,3	2922,3
Casa Própria	0,732	0,442	0,737	0,439	0,742	0,437
Formal	0,179	0,383	0,175	0,379	0,178	0,382
Informal	0,064	0,245	0,060	0,238	0,063	0,243
Previdência	0,113	0,317	0,103	0,303	0,099	0,299
S.D.	0,021	0,144	0,020	0,142	0,013	0,115
BF	0,127	0,333	0,057	0,232	0,096	0,295
RM	0,315	0,464	0,309	0,462	0,314	0,464
Urbano	0,771	0,420	0,758	0,428	0,760	0,426
Rural	0,228	0,420	0,241	0,428	0,239	0,426
Observações	330.294		365.636		361.892	

Fonte: Elaborado com base na PNAD-Covid 19 (2020).

Em relação aos anos de estudo, as estatísticas confirmaram que os indivíduos apresentam, em média, nível educacional mais baixo, com maiores taxas para indivíduos sem ensino fundamental completo. Quanto a faixa etária, verificou-se uma divisão igualitária entre a idade dos indivíduos.

Em relação as características socioeconômicas, observa-se que a média da renda é de R\$2.209,10 para o Brasil e de R\$1.451,2 para a Bahia, sendo que a maioria dos indivíduos da amostra possuem casa própria e trabalham no setor formal. Observa-se ainda na amostra que a minoria contribui para previdência, receberam seguro-desemprego e recebem bolsa família. Por fim, percebe-se que parte significativa estão localizados na região urbana, contudo o menor percentual estão presentes nas regiões metropolitanas.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas da Bahia nos meses de maio, agosto e novembro, 2020.

Variáveis	Mês 05		Mês 08		Mês 11	
	Média	D.P.	Média	D.P.	Média	D.P.
AE	0,619	0,485	0,668	0,470	0,625	0,484
Masculino	0,473	0,499	0,475	0,499	0,473	0,499
Feminino	0,526	0,499	0,524	0,499	0,526	0,499
Branco	0,182	0,385	0,179	0,383	0,183	0,386
Pardo	0,594	0,491	0,599	0,490	0,600	0,489
Negro	0,211	0,408	0,212	0,409	0,206	0,405
Amarelo	0,006	0,079	0,004	0,063	0,003	0,063
Baixo	0,554	0,497	0,559	0,496	0,558	0,496
Intermediário	0,369	0,482	0,364	0,481	0,365	0,481
Alto	0,075	0,264	0,076	0,265	0,076	0,265
18 a 29 anos	0,170	0,375	0,165	0,371	0,168	0,374
30 a 40 anos	0,172	0,377	0,169	0,375	0,166	0,372
41 a 51 anos	0,154	0,361	0,155	0,362	0,154	0,360
52 a 65 anos	0,151	0,358	0,156	0,363	0,159	0,366
Renda	1451,2	2245,5	1560,4	2115,9	1541,9	2159,2
Casa Própria	0,796	0,402	0,807	0,211	0,814	0,388
Formal	0,122	0,327	0,119	0,324	0,122	0,327
Informal	0,071	0,257	0,075	0,263	0,082	0,274
Previdência	0,091	0,288	0,075	0,264	0,073	0,260
S.D.	0,016	0,126	0,013	0,116	0,009	0,099
BF	0,166	0,372	0,010	0,099	0,232	0,422
RMS	0,224	0,417	0,214	0,410	0,213	0,409
Urbano	0,632	0,482	0,614	0,486	0,612	0,487
Rural	0,367	0,482	0,385	0,486	0,387	0,487
Observações	15.690		16.365		16.551	

Fonte: Elaborado com base na PNAD-Covid 19 (2020).

A estimação das equações foi realizada separadamente, para o Brasil e para a Bahia, sendo os resultados gerais apresentados nas Tabelas 4 e 5, respectivamente. São apresentados os coeficientes das variáveis elencadas como possíveis determinantes do auxílio emergencial, o valor do teste Z e o valor da razão de chances de ocorrência do evento. As Tabelas também mostram na parte inferior algumas medidas de avaliação comumente usadas na literatura para modelos logísticos (Menard, 2002; Fernandes *et al*, 2021).

No que tange a significância, observou-se que a grande maioria das variáveis foi significativa a 1%, ressaltando a importância de tais regressores para a explicação da probabilidade do indivíduo ter recebido auxílio emergencial durante a pandemia no ano de 2020. Observando-se as estimativas, nota-se que, embora o coeficiente de determinação da regressão (R^2) não seja muito elevado, a estimativa para os coeficientes apresenta valores elevados e com sinal esperado na maioria das variáveis como em diversos trabalhos que utilizam tal metodologia.

A estatística de Wald é estatisticamente significativa e assume um valor que facilmente excede 10. No que diz respeito aos testes de classificação do modelo, as Tabelas 4 e 5 mostram que em 2020 o modelo para o auxílio emergencial conseguiu classificar corretamente em média mais de 70% das observações analisadas para o Brasil, enquanto que

para a Bahia esse valor foi de 72% em média de previsões corretas. A seguir foi realizada uma análise dos resultados estimados com o modelo *Logit* por meio da interpretação dos sinais e magnitudes dos coeficientes, bem como das razões de chances (*odds ratio*) vinculadas a cada variável. É necessário ressaltar que a análise de uma variável supõe todas as outras constantes (*ceteris paribus*).

Tabela 4 - Resultados do *Logit* para o Brasil nos meses maio, agosto e novembro, 2020.

Variáveis	Mês 05			Mês 08			Mês 11		
	Coef.	E.M.	Odds Ratio	Coef.	E.M.	Odds Ratio	Coef.	E.M.	Odds Ratio
Masculino	0,156*** (0,018)	0,042*** (0,004)	1,205*** (0,021)	0,227*** (0,018)	0,053*** (0,003)	1,254*** (0,022)	0,212*** (0,018)	0,051*** (0,003)	1,236*** (0,022)
Branco	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Pardo	0,336*** (0,018)	0,077*** (0,004)	1,399*** (0,025)	0,338*** (0,018)	0,100*** (0,003)	1,403*** (0,025)	0,281*** (0,018)	0,082*** (0,003)	1,325*** (0,024)
Negro	0,290*** (0,030)	0,068*** (0,007)	1,336*** (0,040)	0,256*** (0,030)	0,085*** (0,005)	1,292*** (0,038)	0,189*** (0,030)	0,070*** (0,005)	1,209*** (0,036)
Amarelo	-0,056 (0,099)	-0,012 (0,022)	0,945 (0,084)	-0,245** (0,104)	0,005 (0,019)	0,782** (0,082)	-0,215* (0,107)	0,001 (0,019)	0,806** (0,086)
Baixo	0,886*** (0,030)	0,211*** (0,007)	2,426*** (0,073)	1,015*** (0,029)	0,237*** (0,005)	2,760*** (0,081)	1,041*** (0,029)	0,236*** (0,005)	2,832*** (0,085)
Intermediário	0,596*** (0,025)	0,136*** (0,005)	1,815*** (0,046)	0,661*** (0,024)	0,164*** (0,004)	1,936*** (0,048)	0,721*** (0,025)	0,168*** (0,004)	2,056*** (0,052)
Alto	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
18 a 29 anos	0,511*** (0,027)	0,121*** (0,006)	1,668*** (0,045)	0,558*** (0,027)	0,147*** (0,004)	1,747*** (0,047)	0,452*** (0,027)	0,122*** (0,004)	1,571*** (0,043)
30 a 40 anos	0,421*** (0,025)	0,098*** (0,006)	1,524*** (0,038)	0,444*** (0,024)	0,123*** (0,004)	1,560*** (0,038)	0,350*** (0,025)	0,102*** (0,004)	1,419*** (0,035)
41 a 51 anos	0,358*** (0,024)	0,084*** (0,005)	1,431*** (0,035)	0,429*** (0,024)	0,118*** (0,004)	1,535*** (0,037)	0,364*** (0,024)	0,102*** (0,004)	1,439*** (0,035)
52 a 65 anos	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
LnRenda	-0,553*** (0,013)	-0,127*** (0,003)	0,575*** (0,008)	-0,674*** (0,014)	-0,158*** (0,002)	0,509*** (0,007)	-0,649*** (0,014)	-0,149*** (0,002)	0,522*** (0,007)
Casa Própria	-0,104*** (0,019)	-0,024*** (0,004)	0,900*** (0,017)	-0,166*** (0,018)	-0,034*** (0,003)	0,846*** (0,015)	-0,189*** (0,018)	-0,039*** (0,003)	0,827*** (0,015)
Formal	-0,890*** (0,020)	-0,203*** (0,004)	0,410*** (0,008)	-1,007*** (0,019)	-0,240*** (0,003)	0,365*** (0,007)	-1,042*** (0,019)	-0,235*** (0,003)	0,352*** (0,006)
Prev.	-0,163*** (0,024)	-0,037*** (0,005)	0,849*** (0,020)	-0,232*** (0,024)	-0,072*** (0,004)	0,792*** (0,019)	-0,227*** (0,024)	-0,063*** (0,004)	0,796*** (0,019)
S.D.	-0,381*** (0,067)	-0,082*** (0,013)	0,682*** (0,046)	-0,550*** (0,065)	-0,123*** (0,010)	0,576*** (0,038)	-0,356*** (0,092)	-0,115*** (0,012)	0,699*** (0,064)
B.F.	1,629*** (0,040)	0,384*** (0,008)	5,100*** (0,206)	1,216*** (0,064)	0,324*** (0,008)	3,374*** (0,219)	1,012*** (0,043)	0,249*** (0,007)	2,752*** (0,119)
RM	0,006 (0,018)	0,001 (0,004)	1,006 (0,018)	0,107*** (0,018)	0,035*** (0,003)	1,114*** (0,020)	0,130*** (0,018)	0,039*** (0,003)	1,138*** (0,020)
Urbano	-0,106*** (0,022)	-0,024*** (0,005)	0,898*** (0,020)	-0,084*** (0,021)	0,006 (0,004)	0,919*** (0,019)	-0,115*** (0,021)	-0,004*** (0,004)	0,890*** (0,019)
Constante	2,885*** (0,110)	-	17,92*** (1,986)	4,062*** (0,113)	-	58,12*** (6,590)	3,811*** (0,115)	-	45,22*** (5,227)
Observações	125.634	125.634	125.634	132.682	132.682	132.682	134.536	134.536	134.536
Wald chi2	11967,6***		11967,6***	12762,6***		12762,6***	13098,3***		13098,3***
Pseudo R2	0,170		0,170	0,169		0,169	0,170		0,170
Count R2	71,41%			70,32%			70,68%		
McFadden's	0,171			0,170			0,167		
Probability		36,11%			41,27%			39,64%	

Fonte: Elaborado com base na PNAD-Covid 19 (2020).

Notas: ***1% de significância; **5% de significância; *10% de significância.

Com relação aos resultados, todas as variáveis incorporadas foram importantes para a explicação da situação dos indivíduos no mercado de trabalho. Os efeitos marginais comportaram-se de acordo com o esperado. Sobre os efeitos marginais, é importante destacar que a sua interpretação em modelos de variável dependente binária, é a seguinte: i) para variáveis contínuas, representa o impacto médio em termos de pontos percentuais na probabilidade de um indivíduo ter recebido auxílio emergencial para aumento unitário da variável explicativa contínua considerada; e ii) para as variáveis qualitativas, determina a mudança média na probabilidade de um indivíduo ter recebido o auxílio emergencial, em pontos percentuais, devido a presença da característica indicada pela *dummy* considerada. Observa-se que a probabilidade de um indivíduo ter recebido auxílio emergencial no ponto médio da amostra foi maior no mês de agosto, sendo de 41,27% para o Brasil e de 60,1% para a Bahia.

Iniciando a discussão dos determinantes do auxílio emergencial durante a pandemia da Covid-19 em 2020, verificou-se a ocorrência de sinal positivo para a *dummy* de sexo, refletindo o efeito maior para indivíduos do sexo masculino tanto para o Brasil quanto para a Bahia. Observando as razões de chances (*odds ratio*), percebe-se que o sexo masculino obtém mais de 20% de chance de ter recebido o auxílio comparado ao sexo feminino em todos os meses analisados. Para fazer a interpretação em termos percentuais, bastou subtrair 1 do coeficiente e multiplicar por 100.

Quanto ao impacto da raça sobre a probabilidade dos indivíduos terem recebido auxílio emergencial, verificou-se que o fato de serem negros ou pardos faz com que a probabilidade seja superior em comparação com o grupo de brancos. Tal resultado para o Brasil reflete a maior necessidade de receber o auxílio daquelas raças em virtude de, geralmente, elas se situarem em classes sociais mais baixas do que as brancas (Cirino; De Lima, 2011). A desigualdade racial se manifesta em diversos aspectos, como renda, nível de escolaridade, acesso a empregos de qualidade e condições de vida. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), a população negra tem uma taxa de desemprego maior do que a população não negra, e uma menor taxa de trabalhadores com carteira assinada. Dessa forma, a população negra é mais atingida pela pobreza e pela extrema pobreza, e representa a maioria da população que vive em condições de precariedade.

Contudo, ressalta-se que, este resultado não foi igual quando analisado para o estado da Bahia. Para o mês de maio, os resultados mostraram que os pardos e negros tiveram menos chances de terem recebido tal auxílio em relação aos brancos. Para os meses de agosto e novembro os coeficientes não foram significativos, mostrando que aos poucos a política adotada foi sendo ajustada, que por meio de fiscalização e restrições, pessoas que não se enquadravam nos requisitos deixaram de ter acesso ao auxílio.

Tabela 5 - Resultados do *Logit* para a Bahia nos meses maio, agosto e novembro, 2020.

Variáveis	Mês 05			Mês 08			Mês 11		
	Coef.	E.M.	Odds Ratio	Coef.	E.M.	Odds Ratio	Coef.	E.M.	Odds Ratio
Masculino	0,199** (0,081)	0,048** (0,020)	1,220** (0,099)	0,219** (0,086)	0,052** (0,020)	1,245** (0,107)	0,219*** (0,081)	0,054*** (0,020)	1,245*** (0,101)
Branco	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Pardo	-0,253** (0,105)	-0,062** (0,025)	0,775** (0,081)	0,111 (0,111)	0,026 (0,026)	1,117 (0,124)	0,071 (0,102)	0,017 (0,025)	1,074 (0,110)
Negro	-0,270** (0,118)	-0,066** (0,029)	0,762** (0,090)	0,812 (0,124)	0,019 (0,029)	1,084 (0,135)	0,076 (0,118)	0,018 (0,029)	1,079 (0,128)
Amarelo	-0,025 (0,435)	-0,006 (0,107)	0,974 (0,424)	-0,065 (0,568)	-0,015 (0,137)	0,936 (0,532)	0,371 (0,521)	0,088 (0,119)	1,450 (0,755)
Baixo	1,012*** (0,144)	0,235*** (0,031)	2,753*** (0,397)	1,204*** (0,143)	0,263*** (0,028)	3,335*** (0,480)	0,983*** (0,141)	0,230*** (0,030)	1,672*** (0,379)
Intermediário	0,584*** (0,119)	0,142*** (0,028)	1,793*** (0,213)	0,706*** (0,116)	0,168*** (0,027)	2,026*** (0,236)	0,747*** (0,116)	0,182*** (0,028)	2,110*** (0,246)
Alto	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
18 a 29 anos	0,542*** (0,127)	0,129*** (0,029)	1,719*** (0,219)	0,578*** (0,135)	0,132*** (0,029)	1,783*** (0,241)	0,329*** (0,123)	0,080*** (0,029)	1,390*** (0,171)
30 a 40 anos	0,426*** (0,115)	0,102*** (0,027)	1,531*** (0,177)	0,362*** (0,114)	0,085*** (0,026)	1,437*** (0,164)	0,346*** (0,108)	0,084*** (0,026)	1,413*** (0,153)
41 a 51 anos	0,241** (0,116)	0,058** (0,027)	1,272** (0,148)	0,371*** (0,115)	0,087*** (0,026)	1,450*** (0,167)	0,356*** (0,108)	0,086*** (0,025)	1,428*** (0,155)
52 a 65 anos	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
LnRenda	-0,510*** (0,062)	-0,125*** (0,015)	0,599*** (0,037)	-0,621*** (0,066)	-0,149*** (0,015)	0,537*** (0,035)	-0,497*** (0,067)	-0,122*** (0,016)	0,608*** (0,040)
Casa Própria	0,298*** (0,089)	0,073*** (0,022)	1,347*** (0,120)	-0,049 (0,094)	-0,011 (0,022)	0,951 (0,090)	0,048 (0,090)	0,012 (0,022)	1,050 (0,095)
Formal	-0,890*** (0,090)	-0,217*** (0,021)	0,410*** (0,037)	-1,021*** (0,093)	-0,243*** (0,021)	0,359*** (0,033)	-0,999*** (0,087)	-0,243*** (0,020)	0,368*** (0,032)
Prev.	-0,193* (0,115)	-0,047* (0,028)	0,823* (0,095)	-0,352*** (0,120)	-0,086*** (0,029)	0,702*** (0,084)	-0,211* (0,116)	-0,052* (0,028)	0,809* (0,094)
S.D.	-0,409 (0,309)	-0,101 (0,077)	0,664 (0,205)	0,185 (0,307)	0,043 (0,070)	1,203 (0,369)	-0,475 (0,346)	-0,118 (0,085)	0,621 (0,215)
B.F.	1,169*** (0,152)	0,253*** (0,026)	3,221*** (0,490)	-1,987*** (0,317)	-0,431*** (0,046)	0,137*** (0,043)	1,428*** (0,144)	0,306*** (0,023)	4,172*** (0,603)
RMS	-0,227** (0,092)	-0,055** (0,022)	0,796** (0,073)	-0,020 (0,095)	-0,005 (0,023)	0,979 (0,093)	-0,406*** (0,090)	-0,100*** (0,022)	0,665*** (0,059)
Urbano	-0,216** (0,097)	-0,052** (0,023)	0,805** (0,078)	-0,460*** (0,098)	-0,106*** (0,022)	0,630*** (0,062)	-0,252*** (0,093)	-0,061*** (0,022)	0,777*** (0,072)
Constante	3,221*** (0,479)	-	25,05*** (12,021)	4,414*** (0,522)	-	82,62*** (43,140)	3,074*** (0,523)	-	21,63*** (11,33)
Observações	5.084	5.084	5.084	4.933	4.933	4.933	5.256	5.256	5.256
Wald chi2	678,5***		678,5***	756,3***		756,3***	800,9***		800,9***
Pseudo R2	0,191		0,191	0,197		0,197	0,221		0,220
Count R2	72,09%			72,11%			72,43%		
McFadden's	0,185			0,184			0,202		
Probability		56,7%			60,1%			55,6%	

Fonte: Elaborado com base na PNAD-Covid 19 (2020).

Notas: ***1% de significância; **5% de significância; *10% de significância.

Com relação a escolaridade, espera-se que seja um fator determinante na obtenção do auxílio, já que é por meio dos estudos que, muitas vezes, classificasse as pessoas com vulnerabilidade social mais elevada, visto que aumenta a probabilidade de alcançar os melhores empregos com salários mais elevados. Conforme esperado, a maioria dos coeficientes apresentaram sinais positivos, já que o grupo-base adotado foram os indivíduos

com maior grau de instrução. Dessa forma, em relação a esses últimos, as pessoas pertencentes as demais categorias apresentaram maiores chances de terem recebido auxílio emergencial, isto é, esta probabilidade diminui conforme o aumento da escolaridade. Percebe-se que a magnitude dos efeitos marginais também diminui à medida que aumenta o grau de instrução.

Em relação a idade, os resultados mostraram que quanto mais velho o indivíduo, menores as chances de terem recebido o auxílio emergencial. Ressalta-se que, a maioria das pessoas que estão na faixa de idade entre 52 a 65 anos, embora não seja uma regra em geral, apresenta maiores chances de estabilidade financeira. Esta idade geralmente corresponde a um período da vida em que as pessoas já têm acumulado experiência profissional, podem ter investido ao longo dos anos e estão potencialmente mais próximas da aposentadoria. Em muitos casos, a pessoa entre 52 e 65 anos já tem uma rede de apoio familiar e social, que pode ser importante em momentos de necessidade ou de estabilidade financeira. No entanto, é importante ressaltar que esta é apenas uma tendência geral, e a estabilidade financeira de uma pessoa depende de diversos fatores individuais (Fontoura; Doll; Oliveira, 2015).

Outros resultados também foram importantes para refletirem a eficiência da política adotada. Por exemplo, renda mais elevada e ter casa própria reduz as chances de ter tido acesso ao auxílio emergencial na amostra para o Brasil, visto que são características de pessoas que apresentam uma estabilidade financeira melhor comparada a maioria da população. Chama-se atenção para a Bahia, que no mês de maio o coeficiente foi positivo e significativo, enquanto para os meses de agosto e novembro a variável que representa o indivíduo que tem casa própria não foi significativo. Isso reflete mais uma vez um ajuste da política quanto aos requisitos mínimos para terem acesso ao auxílio. Inicialmente, era necessário realizar um cadastro, ter documento e endereço fixo organizado, essencial para aprovação. O fato de ter casa própria facilitava a entrega de tais documentos com agilidade, contudo nem todos os beneficiários atendiam aos requisitos.

Do mesmo modo, o fato de trabalhar no setor formal, contribuir para a previdência social e receber seguro-desemprego, diminuiu as chances do acesso ao auxílio emergencial para o Brasil. Para a Bahia, apenas a variável do seguro-desemprego não foi significativa. Para a variável Bolsa Família, observou-se coeficientes positivos e significativos, exceto para o mês de agosto para a Bahia, onde houve uma redução significativa de pessoas com o auxílio como pôde ser observado na análise descritiva da Tabela 3. Ressalta-se que, os critérios para terem recebido o auxílio emergencial eram: i) não ter emprego formal ativo; ii) não ter recebido recursos financeiros provenientes de benefício previdenciário, assistencial ou trabalhista ou de programa de transferência de renda federal, ressaltados o Abono-Salarial PIS/PASEP e o Programa Bolsa Família (PBF) e iii) não pode receber o auxílio-emergencial e seguro-desemprego no mesmo período.

Por fim, tem-se as variáveis de localização, mostrando algumas diferenças entre o Brasil e a Bahia. Para este último, o indivíduo estar localizado na região metropolitana de Salvador e na área urbana reduziria as chances de ter recebido o auxílio emergencial, contudo para o Brasil os coeficientes para as regiões metropolitanas não demonstraram um padrão

claro, uma vez que para o mês de maio não houve significância e para os demais meses resultado positivo e significativo. Como para o Brasil engloba diversas regiões, sendo que para cada estado, de alguma forma, pode ter apresentado divergência e efeito quanto a política, então isto explica tal resultado.

Sendo assim, observou-se que no geral, entende-se que os determinantes para receber o auxílio foram homens, pessoas não brancas, indivíduos com nível de escolaridade baixa, baixo nível de renda e que estão contidos no Bolsa Família, além de atender o perfil socioeconômico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa do Auxílio Emergencial surgiu com a proposta de fazer frente de maneira rápida aos cidadãos impactados pelas medidas restritivas e de distanciamento social causadas pela pandemia da Covid-19. Na literatura que trata do ciclo de políticas públicas, destaca o processo demorado para a criação de uma política pública, devido à agenda do governo, janela de oportunidades entre outras etapas que precisam de tempo. Então, devido a rapidez para a criação e a implantação do auxílio, existia a possibilidade da política não ter sido eficaz em certas regiões, principalmente quando se tratando de uma política a nível federal.

Sendo assim, o foco deste trabalho foi analisar os dados da base da PNAD-Covid 19 do ano de 2020, utilizando os modelos econométricos para Bahia e para o Brasil e, assim, comparar os efeitos gerados com base nos determinantes do auxílio emergencial através do modelo *Logit*.

No que tange a formulação da política pública, existiu sim uma frente, ou consenso político, para agilizar a criação da política pública, então as etapas de identificação de problema, formação de agenda e alternativas, foram rapidamente discutidas e superadas. No caso da Implementação, existiu um destaque particular em identificar o público-alvo e como alcançá-lo. Um dos fatores se dá ao Ministério da Cidadania utilizar instrumentos da ação pública, como base de cidadãos que estão em situação de baixa renda, utilizando o CadÚnico, PBF e o Dataprev, possibilitando um mapeamento dos futuros beneficiários.

Outro ponto interessante foi a criação de soluções remotas, como aplicativos e *sites* para solicitações do auxílio, para parcela de cidadãos que não estavam identificados pelo CadÚnico ou pelo PBF. Assim também como a criação da Poupança Social Digital, criada para evitar aglomerações e para abarcar regiões que não tinham agência bancária da Caixa Econômica Federal.

Em relação aos resultados encontrados derivados da base de dados da PNAD-Covid 19 e do modelo econométrico probabilístico, pode-se observar que o fato de ser homem, dava uma maior probabilidade do indivíduo receber o auxílio. Porém, ao analisar os dados de desocupação da Bahia no período de 2020, mostrou que as mulheres tiveram uma taxa de desocupação maior do que a dos homens, 19,6% e 13,3%, respectivamente e no Brasil chegou

a ser 5,6% para homens e 8,6% para as mulheres (IBGE, 2024), além de serem maioria na base de dados, tanto para a Bahia, quanto para o Brasil.

Comparando os resultados para a Bahia e o Brasil, observou-se que a maioria das variáveis tiveram os mesmos resultados. As diferenças começaram quando foi analisado as variáveis de raça. Para a Bahia, inicialmente existiu a relação de que se o indivíduo fosse não branco, sua probabilidade de receber o auxílio era menor, porém apenas no mês de maio e sem significância estatística para os demais meses. Contudo, para o Brasil, notou-se que as variáveis raça foram estatisticamente significativas durante todo o período de análise e trouxeram uma relação contrária à encontrada na Bahia no mês de maio.

Outra diferença observada foi quanto aos indivíduos que possuíam casa própria que para o estado da Bahia o resultado foi positivo quando significativo, contrário ao observado para o Brasil. Ainda observou que os coeficientes estimados para os indivíduos que receberam seguro-desemprego não foram significativos, não podendo afirmar se este resultado foi favorável ou não quanto aos efeitos da política do auxílio emergencial.

Quanto a variável para o Bolsa Família, a diferença está apenas no mês de agosto que trouxe um viés negativo para a Bahia, essa mudança pontual pode ter sido ocasionada por algum erro na base, ou mais provavelmente devido à alta quantidade de óbitos nesse período, que pode ter puxado esse efeito para esse determinado mês. Quando analisada a estatística descritiva, percebe-se uma redução significativa da média dos indivíduos que recebem bolsa família comparada com os demais meses.

Diante de todos esses pontos, fica evidente o bom trabalho na criação da Política, devido ao seu grau de urgência, porém devido ao nível de complexidade do país para implantar uma política pública em todo território de maneira rápida, provavelmente acabou incapacitando um cidadão que teria certas características para receber o auxílio. No geral, observando os resultados para o Brasil, a política atendeu aos critérios estabelecidos de maneira eficiente, contudo analisando de forma mais específica para o estado da Bahia, percebeu-se algumas falhas no atendimento.

Apesar desses determinantes indicarem uma falha na implantação do PAE na Bahia, existiram outros indicadores que suportaram que a política teve seu grau de importância, como os componentes de nível de escolaridade, renda, contribuição para previdência, seguro-desemprego e do Bolsa Família, apresentando resultados que atendiam a tais critérios. Mas a nível institucional, fica clara a herança que o Programa do Auxílio Emergencial deixou para as próximas políticas públicas no país.

REFERÊNCIAS

ARENA, R. **Programas de transferência de renda: uma análise do auxílio emergencial**. 2021. 39f. Dissertação (mestrado MPEB) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo, Brasília, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/cap01.html>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BARBOSA, R. J; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. n. 26. IPEA: Brasília, jul. 2020.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. Sobre as utilidades do Cadastro Único. **Texto para Discussão** nº 1414. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020**. Estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm>. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.

BURSTEIN, P. Policy domains: Organization, culture, and policy outcomes. **Annual review of Sociology**, v. 17, n. 1, p. 327-350, 1991.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). **TIC Domicílios**, 2019. São Paulo, SP: Autor. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

CIRINO, J. F.; DE LIMA, J. E. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho: uma comparação entre os sexos e entre os mercados das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 1, p. 165-182, 2011.

CORREIA, D. *et al.* Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social? **JMPHC - Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1-9, 2020.

COSTA, E. F; FREIRE, M. A. S. Estudo de avaliação do programa de auxílio emergencial: uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 24363-24387, 2021.

DIAS FILHO, J. M.; CORRAR, L. J. Regressão logística. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Orgs.). **Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 280-323.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Especial 20 de novembro** - Dia da Consciência Negra. São Paulo, 2021.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21-29, 2003.

FERNANDES, A. A. T. *et al.* Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 1-20, 2021.

FONTOURA, D. S.; DOLL, J.; OLIVEIRA, S. N. O desafio de aposentar-se no mundo contemporâneo. **Educação & realidade**, v. 40, n. 1, p. 53-79, 2015.

GONZALEZ, L; BARREIRA, B. **Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda**. FGV EAESP, 2020.

GUJARATI, D. N; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2011, p. 552-562.

HAGLE, T. M.; MITCHELL, G. E. Goodness-of-fit measures for probit and logit. **American Journal of Political Science**, p. 762-784, 1992.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Bookman editora, 2009.

HOFFMANN, R; DE JESUS, J. G. A relevância do Auxílio Emergencial na redução da desigualdade em 2020. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 4, p. e022001-e022001, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>. Acesso em: 30 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. Brazil: Staff concluding statement of the 2020 Article IV mission. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/10/05/mcs100520-brazil-staff-concluding-statement-of-the-2020-article-iv-mission>. Acesso em: 29 nov. 2024.

JANN, W; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. In: **Handbook of public policy analysis**. Routledge, p. 69-88, 2017.

LASSWELL, H. D. **The decision process**: seven categories of functional analysis. College Park: University of Maryland Press, 1956.

LOTTA, G. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. (Org). **Implementação de políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

LOTTA, G. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília, ENAP, 2019.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.

MENARD, S. **Applied logistic regression analysis**. Thousand Oaks: Sage publications, 2002.

PETERS, B. Guy; HOGWOOD, Brian W. In search of the issue-attention cycle. **The journal of politics**, v. 47, n. 1, p. 238-253, 1985.

PIRES, R. Intersectorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, v. 26, p. 67-80, 2016.

PONTE, A. G. R; BENEGAS, T. G. C. Auxílio emergencial-Impactos na renda e no ICMS. **Revista Semana Acadêmica Revista Científica**, v. 9, n. 5, p. 330-345, 2021.

PRESSMAN, J. L; WILDAVSKY, A. B. **How great expectations in Washington are dashed in Oakland**. University of California: Berkeley, LA, USA, 1973.

RAMESH, M.; HOWLETT, M. The role of policy capacity in policy success and failure. In: **The Routledge Handbook of Global Public Policy and Administration**. Routledge, 2016. p. 341-356.

SABATIER, P. A. The suitability of several models for comparative analysis of the policy process. In: **Comparing government activity**. London: Palgrave Macmillan UK, 1996. p. 101-117.

SECCHI, L.; COELHO, F.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: Cengage Learning, 3. ed., 2019.

SILVA, R. V.; ALMEIDA, A. T. C.; DE ANDRADE, F. S. O Impacto do Programa Auxílio Emergencial (PAE) no Mercado de Trabalho Informal no Contexto da Pandemia da COVID-19. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 52, Natal (RN), **Anais...** 2024. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2024/submissao/files_I/i13-b18263f5004ddc8631d9ff8005049584.pdf. Acesso em: fev. 2025.

SIMONI JÚNIOR, S. Políticas de transferência de renda e de assistência no Brasil: descontinuidades recentes e os desafios colocados pela Covid-19. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 20, n. 40, p. 210-236, 2021.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. **Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica**, v. 14, n. 1, p. 41-85, 1984.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Introduzione all'econometria**. Pearson Italia Spa, 2005.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.